

UNIDADE LINGUÍSTICA E VALOR REFERENCIAL: uma discussão sobre referenciação e unidade linguística em uma teoria da enunciação

Joana Darc Rodrigues da COSTA¹

RESUMO: Este artigo pauta-se na teoria enunciativa proposta por Antoine Culioli, Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas (TOPE), e tem como objetivo conduzir uma discussão sobre a concepção de referenciação aqui praticada e a sua implicação para uma análise linguística. Admitindo linguagem como uma atividade de representação, referenciação e regulação da qual o enunciado faz-se marca, compreendemos que ao enunciarem, os sujeitos constroem um sistema referencial intersubjetivo, onde serão localizados os objetos metalingüísticos. Essa relação entre as representações e o evento é garantida a partir da construção dos valores referenciais, construídos durante a constituição dos enunciados. Diante dessas discussões teóricas e valendo-se de que os enunciados são representações linguísticas de representações mentais, passíveis de uma terceira representação, agora pelo linguista, faremos uma breve análise dos possíveis valores referenciais dos pronomes indefinidos no processo de construção da significação em alguns enunciados.

Palavras-chave: Unidade Linguística. Valor referencial. Pronomes indefinidos

1 INTRODUÇÃO

A Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas, doravante TOPE, elaborada por Antoine Culioli configura-se como uma teoria da enunciação uma vez que adota como objeto de análise o enunciado. Entretanto, advertimos que diferentemente do que postula Benveniste (1989), o enunciado é compreendido não como um ato individual, mas como o resultado da atividade de produção e reconhecimento de formas linguísticas. Como esclarece Franckel e Paillard ([1998]2011),

O enunciado não é considerado como o resultado de um ato de linguagem individual, ancorado em um *hic etnuncqualquer*, por um enunciator qualquer. Deve ser entendido como uma organização de formas a partir das quais os mecanismos enunciativos, que o constituem como tal, podem ser analisados, no quadro de um sistema de representação formalizável, como um encadeamento de operações do qual ele é marca (FRANCKEL & PAILLARD, [1998]2011, p. 88).

¹ Doutoranda em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).
Contato: jodarc85@hotmail.com

A definição de enunciado explícita por Franckel & Paillard nos permite justificar tanto o cognome “teoria da enunciação” sob o qual é conhecida a teoria das operações como a própria denominação “teoria das operações”. Isto é, o enunciado, nosso objeto de análise, é um agenciamento de marcas, formas gramaticais, as quais são traços de operações, ou seja, é a materialização dos fenômenos mentais aos quais nós não temos acesso. Somente através dessas marcas, rastros da atividade de linguagem, podemos dar conta da produção e reconhecimento das formas, reconstruindo, a partir delas, as operações abstratas.

Já que consideramos o enunciado como o resultado de um processo, a enunciação é, então, esse processo do qual resulta o enunciado. Conforme Lopes (2004) a enunciação corresponde aos “mecanismos de linguagem implicados nessa construção do processo significativo” (LOPES, 2004, p. 60). Enquanto que enunciar, nas palavras de Culioli, é “construir um espaço, orientar, determinar, estabelecer um quadro de valores referenciais, em resumo, um sistema de *repérage*” (CULIOLI, 1990, p. 44). Logo, o enunciado resulta tanto da enunciação, ou seja, de mecanismos enunciativos que gerenciam o uso da língua como do ato de enunciar, uma vez que, a sua construção está condicionada à sua localização em relação a um tempo e um espaço. Assim, todo enunciado resulta de um sistema de relações.

Culioli, ao propor a Teoria das Operações Enunciativas, preocupa-se em explicar o processo de produção e reconhecimento dos enunciados tendo em vista a situação de enunciação, ou seja, os sujeitos enunciadores e as coordenadas tempo e espaço. Contudo, como adverte Lima (1997), o papel do linguista não se restringe a simplesmente observar as marcas do enunciado, mas também, através dessas marcas, reencontrar as operações que resultaram na construção do enunciado. Só assim, chega-se a dimensão da linguagem, ou seja, ao formal.

Conforme o exposto, observamos que ao propor que a análise linguística se dê a partir do nível linguístico, ou seja, do enunciado em busca das operações das quais ele resulta, Culioli pretende chegar à atividade de linguagem, possível apenas através da língua, o que demonstra que o teórico trabalha tanto com a linguagem como com a língua.

2 LINGUAGEM E LÍNGUA NA TEORIA DE A. CULIOLI: UMA RELAÇÃO DE DEPENDÊNCIA

Culioli (1990), ao defender que a atividade de linguagem se manifesta na diversidade das línguas, observa uma relação de dependência entre esses dois domínios: de um lado, a linguagem vista como uma atividade simbólica que consiste em produzir e reconhecer formas consideradas como traços de operações de representação, referenciação e regulação e de outro, a língua compreendida como um sistema simbólico de representação de significados que se apresenta em forma de texto construído pelo sujeito.

Ao reconhecer essa articulação, Culioli advoga que a Linguística comporta um duplo objeto: é tanto uma ciência da linguagem como uma ciência da língua. Segundo ele, “a Linguística tem por objeto a atividade da linguagem apreendida através da diversidade das línguas naturais (e através da diversidade dos textos, orais e escritos)” (CULIOLI, 1990, p. 14).

Dessa forma, o teórico argumenta que para que seja possível explicar o funcionamento da linguagem, faz-se necessário compreender que esta (linguagem) só pode ser apreendida através de configurações específicas e de agenciamentos em uma língua dada materializados em forma de texto que é, ao mesmo tempo, produto da atividade da linguagem e o meio que nos permite acessar as operações dessa atividade. Como ele próprio explica,

eu insisto sobre os dois pontos: de um lado, eu digo que o objeto da linguística é a atividade da linguagem (ela própria definida como operações de representação, de referenciação e de regulação); de um outro lado, eu digo que essa atividade nós só podemos apreender, a fim de estudar o seu funcionamento, através de configurações específicas, das organizações em uma língua dada. A atividade de linguagem remete a uma atividade de produção e reconhecimento de formas, ora, essas formas não podem ser estudadas independentemente dos textos, e os textos não podem ser independentes das línguas (CULIOLI, 1990, p. 14).

Diante dessa relação entre língua e linguagem, observa-se que a Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas visa explicar o funcionamento global da linguagem, pois embora reconheça que as línguas apresentam variações no tempo, no espaço e entre e intrafalantes, o teórico afirma que há um subconjunto entre as configurações específicas que são comuns em todas elas. Logo, podemos inferir que as operações são invariantes que fundamentam e regulam a atividade da linguagem,

enquanto que as línguas apresentam heterogeneidades e marcam as operações subjacentes à linguagem de forma diferente.

À exemplo dessa relação, podemos citar o que ocorre com a categoria *determinação*, objeto de interesse em nossas pesquisas. A determinação nominal é uma categoria linguística que como tal resulta de operações subjacentes à atividade da linguagem, mas que será marcada de forma diferente nas diversas línguas. Conforme Correia (2002), nas línguas como o português, francês, italiano e o inglês as operações de determinação são comumente marcadas por diferentes classes de determinantes, tais como, artigos, numerais, pronomes. Enquanto que nas línguas sem artigo, como o japonês, coreano ou o mandarim, a determinação nominal é evidenciada através de classificadores, da ordem das palavras ou de processos morfológicos como uso de afixos. Isto é, as operações das quais resultam a categoria de determinação nominal ocorrem da mesma maneira em todas as línguas, variando apenas as formas através das quais elas são marcadas.

Assim, para que possamos compreender a atividade de linguagem, faz-se necessário apreendermos a língua, que por sua vez, só pode ser vista através dos textos aqui considerados como representações mentais fixadas (materializadas e estabilizadas) por intermédio dos signos, possíveis de uma metarrepresentação. Portanto, qualquer unidade linguística é passível de uma análise enunciativa, tendo em vista que todas são resultados de operações de linguagem.

Conforme o conceito de linguagem, ressaltamos que as formas que constituem o enunciado, nosso objeto de análise, são marcas dessa operação, ou seja, marcas de operação de representação, operações de referenciação e de regulação que ocorrem de forma simultânea, diferenciáveis apenas sob o ponto de vista teórico. Detalharemos, aqui, somente os conceitos de representação e referenciação, concepções fundamentais para o que nos propomos neste momento.

3 REPRESENTAÇÃO E REFERENCIAÇÃO: atividades constitutivas da linguagem

3.1 Operação de representação

Em discussões anteriores, explicamos que a atividade de linguagem é responsável por permitir ao sujeito produzir e reconhecer representações linguísticas, marcas de representações mentais². Essas representações são construídas e armazenadas a partir da apreensão do mundo pelo sujeito, mediada por fatores linguísticos, físico-culturais e mentais. Ou seja, o sujeito ao estabelecer contato com o mundo e tudo que o constitui, vivencia experiências, seja no mundo físico, seja no mundo mental, que lhe permite construir representações.

A atividade de representação contempla três níveis: o nível das representações mentais ou pré-linguísticas; o nível das representações linguísticas ou dos fenômenos linguísticos e o nível das representações metalinguísticas.

O nível I abrange nossas representações mentais ligadas a nossa atividade cognitiva e afetiva que permite a representação da realidade (subjetiva e objetiva), mas ao qual só temos acesso através de nossas ações ou fala. Como explica Culioli (1990):

Esse é o nível das representações que se organizam a partir das experiências que nós elaboramos desde nossa infância, que nós construímos a partir de nossas relações com o mundo, com os objetos, com os outros, de nossa pertença a uma cultura, do interdiscurso nos quais nos banhamos (CULIOLI, 1990, p. 2).

Essas representações são reguladas por operações abstratas generalizáveis que permitem aos sujeitos a organização das suas experiências e da sua percepção da realidade, formalizadas através das noções, isto é, propriedades físico-culturais apreendidas a partir de suas experiências, mas como se trata de uma entidade cognitiva, não são acessíveis senão pelos textos, que permitem a sua reconstituição.

Entretanto, tal acessibilidade acontece no segundo nível da representação, aquele considerado por Culioli como o nível das representações do nível I. Isto é, esse é o nível das representações linguísticas, objeto de análise do linguista, embora o autor observe que não há relação termo a termo entre as representações do nível I e as representações no nível II. Estes são apenas marcadores das operações ocorridas no nível anterior, por isso chamados por Paveau & Sarfati (2006, p. 187) de “representantes de segundo grau”.

²O termo *representação* não é aqui interpretado como espelho, como sinônimo daquilo que reflete, mas como resultado de construções, operações realizadas por um sujeito. Assim, representação linguística não corresponde à “tradução” da representação mental.

Através dessa observação, Culioli problematiza o conceito de código, pois para ele não temos uma relação biunívoca entre as representações mentais (níveis I) e as representações linguísticas (nível II). Segundo ele,

E aí reside a dificuldade. Se nós não temos relação termo a termo, nós teríamos uma nomenclatura no caso mais grosseiro, e de forma mais geral, um código. Ora, não se tem um marcador – um valor. Podemos ter um marcador, vários valores; vários marcadores – um valor (CULIOLI, 1990, p. 22).

O terceiro nível é o nível da construção de representações metalinguísticas dos marcadores do nível II. É, então, o nível de alcance do linguista, já que para essa teoria, somente o sistema de representação metalinguístico permite “construir a partir de descrições teorizadas os fenômenos linguísticos, por procedimentos canônicos de abstração e de formalização” (CULIOLI, 1990, p. 22). Esse sistema permite ao linguista,

produzir observações, trabalhar com avaliações (é a mesma coisa; é diferente; é a mesma coisa com tal modulação; é aceitável; é inaceitável); teorizar para poder representar; retornar às observações, e a teorização (CULIOLI, 1990, p. 23).

Paveau & Sarfati (2006) explicam que esse nível de representação comporta as representações resultantes de análises e comentários do locutor sobre as produções languageiras³, ou seja, “trata-se do nível formal que é constituído por diferentes ferramentas, como a língua de uso (chamada “língua U”), a terminologia linguísticas, os símbolos etc.” (PAVEAU & SARFATI, 2006, p. 187).

Relacionando os três níveis, temos no nível I, o nível da linguagem, as representações cognitivas, não sendo, portanto objeto do linguista, mas sim seu ponto de chegada. No nível II, o nível das línguas, reconhecem-se os traços que constituem o nível I, mesmo que não haja fidelidade entre a representação e o termo (marca) que o materializa. E, finalmente, o nível III, o metalinguístico, o suporte para o linguista, através do qual se torna possível determinar as relações entre os níveis II e III para que assim, possa reconstruir, mesmo que de maneira simulada, as operações do nível I.

Em síntese, poderíamos observar que a atividade de construção de representação está relacionada à maneira como os sujeitos percebem a realidade e a enunciam. Para isso, os sujeitos, ao enunciarem, constroem um sistema referencial

³ Conforme as autoras, languageiro refere-se ao que resulta da atividade de linguagem.

intersubjetivo, onde serão localizados os objetos metalinguísticos construídos e reconstruídos na atividade de representação. Falamos agora da operação de referenciação.

3.2. Operação de referenciação

De acordo com Culioli (1976), a atividade de referenciação deve ser compreendida como a construção de uma relação entre os elementos do domínio linguístico (E), ou seja, o próprio enunciado, e os elementos do domínio extralinguístico (E'), ou seja, o acontecimento ou evento. Nessa relação há a construção da referenciação, uma vez que, como já fora explicado, não há correspondência termo a termo entre os enunciados (E) e a realidade extralinguística (E').

Assim, a construção de referência entre esses dois domínios ocorre a partir da produção do enunciado pelo enunciador que será, em seguida, reproduzido por um segundo enunciador (ou co-enunciador). Este, atrelado às formas produzidas, construirá um sistema de coordenadas que auxiliarão na construção de valores referenciais que serão atribuídos ao enunciado em questão.

Logo, podemos concluir que a atividade de referenciação é a construção da relação entre o domínio linguístico e o domínio extralinguístico (mediada) pelos sujeitos enunciadorees. Ou seja, trata-se de um conjunto de localizações entre o enunciado, a situação enunciativa (levando-se em conta parâmetros relacionados ao tempo, ao espaço, aos sujeitos e aos eventos implicados na enunciação) e a relação predicativa que resultam na construção de valores referenciais das marcas enunciativas.

Advertimos que o teórico substituiu o termo referente por valor referencial e isso não se resume a uma escolha terminológica, mas sim, a uma implicação teórica. Ao tratar a significação como determinada e construída no material linguístico, a TOPE adota uma teoria da referência definida em termos de valor referencial. Dessa forma, é rejeitada a concepção de referência compreendida como uma correspondência entre as unidades linguísticas e o mundo real em um estágio de correspondência estável e imediata. É aceita a ideia de que as marcas estabelecem relação com o evento enunciativo a partir dos valores referenciais construídos durante a constituição dos enunciados. Conforme Lopes (2004),

A hipótese do valor referencial diz que a referência, normalmente entendida como externa à língua, encontra-se vinculada a operações abstratas

constituindo o enunciado, sendo o produto de princípios regulares específicos à atividade de linguagem (LOPES, 2004, p. 45).

Assim, podemos afirmar que entre a língua e o referente, localiza-se um nível de representação intermediário, o nível metalinguístico dos valores referenciais, constituído por relações de natureza operacional, que permitem que uma noção seja materializada em forma de entidade linguística, ou seja, na passagem do nível de representação mental à representação linguística.

Conforme essas observações, ao propormos estudar, por exemplo, as unidades entendidas como determinante no processo de construção referencial não significa estudá-las em relação ao papel referencial do nome no sintagma nominal, mas sim buscar seus valores referenciais na construção do enunciado como um todo, já que consideramos que as marcas contribuem umas as outras no processo de construção da significação. Comparemos as ocorrências do pronome *algum*:

1. ? Traga-me **alguma água**.
2. Hoje bebi **alguma água**⁴.

O sintagma *alguma água* constitui argumento 2 tanto em 1 como em 2, contudo, a sua construção junto as outras marcas presentes no enunciado resulta de mecanismos enunciativos diferentes. O determinante *algum* apresenta uma recorrência maior junto a nomes discretos ou passíveis de uma discretização, indicando uma individualização das ocorrências extraídas, porém, como os nomes não discretos, seu uso apresenta algumas restrições, como demonstramos nos exemplos 1 e 2.

Como *água* não apresenta uma variedade, isto é, não temos tipos diferentes de água, o nome água, em 1, não aceita o determinante *algum* atuando como um discretizador da ocorrência, mesmo que consideremos a existência de água com gás e água sem gás, ainda assim não é possível a construção. Para marcar um valor quantitativo, observa-se a aceitabilidade do determinante *um* em substituição a *algum*, podemos ter: *Traga-me uma água*; *Traga-me uma água com gás*.

Já em 2, a construção *alguma água* é aceita porque *alguma* marca um valor referencial de um classificador, ou seja, indica uma pequena quantidade de água ingerida pelo enunciador durante o dia. Podemos confirmar essa observação a partir da explicação que o próprio enunciador faz sobre a afirmação acima: “O calor anda aí,

⁴ Exemplo encontrado em <http://joziodiet.wordpress.com/2012/06/21/hoje-bebi-alguma-agua/>, acesso em 10/08/2012.

ainda não em grande, mas a umidade já basta para me sentir menos bem. Vai daí, hoje cheguei à formação e bebi meio litro de água". Assim, o valor construído em *alguma* é semelhante ao da glosa *Hoje eu bebi um pouco de água*, opondo-se a uma construção do tipo *Hoje eu bebi tanta/bastante/muita água*, onde os determinantes *tanta, bastante* ou *muita* marcam uma quantidade de ingestão de água superior ao esperado pelo enunciador. Com esse valor, isto é, de classificador diferencial, é difícil imaginarmos essa construção no plural, como *?Bebi algumas águas* que passa a implicar sobre um classificador implícito (garrafa, por exemplo) construindo um valor de quantificação.

Como observa Franckel (2011), a relação forma-sentido é fundamentada nas operações de referenciação e de produção de valores referenciais para os quais o sentido não repousa em nenhum elemento de estabilidade que não seja proveniente de uma construção enunciativa. Conforme o autor,

pode-se evidenciar a ideia fundamental de que o sentido se constrói a partir de unidades que integram o todo (e a ele se integram) "efetuando" o enunciado. O sentido das formas não é definido por aquilo a que elas remetem em um mundo (ou uma representação do mundo) externo à língua; a significação de um termo não poderia se confundir com sua referência: ela só se constitui na dinâmica da construção estabelecida nos enunciados e pelos enunciados (FRANCKEL, 2011, p.43).

Podemos concluir então que construir referência não significa construir relação entre o enunciado e um sistema de referência extralinguístico. Aqui, essa relação é mediatizada por um acontecimento linguístico, ou seja, por uma representação resultante de valores referenciais, que como já explicamos, são construídos no processo de construção do enunciado.

4 DA REPRESENTAÇÃO MENTAL À REPRESENTAÇÃO LINGUÍSTICA: a construção dos valores referenciais

Como afirma Valentin (1998), "o valor referencial é uma ocorrência linguística da noção determinada pelos valores das categorias gramaticais que marcam a localização da ocorrência numa relação predicativa <r> e, finalmente, num sistema referencial ou situação de enunciação (Sit)" (VALENTIM, 1998, p. 45). Assim, a construção referencial pode ser aqui explicada como a passagem da representação mental, noção, à uma representação linguística, a ocorrência.

É somente através das ocorrências que a noção pode ser apreendida e estabilizada, quando localizada em uma situação de enunciação, isto é, em um contexto específico. Elas são captadas no momento da enunciação podendo adquirir diversas propriedades.

Assim, toda ocorrência está inserida em um sistema de referenciação definido por parâmetros enunciativos (sujeitos enunciadore e tempo-espaco da enunciação). Como esclarece Culioli (1990, p.10), essa “passagem de uma representação mental, incorporea, a uma atividade que permite referir corresponde a um “colocar em forma” a noção”.

Nessa perspectiva, Valentin (1998) explica que a construção da ocorrência de uma noção passa por um esquema de individuação, isto é, operações de localização que, gradualmente, contribuem para a estabilização existencial dessas ocorrências.

Para isso, toda noção para ser instanciada na forma de ocorrência passa por operações de quantifiabilização (Qt) ou fragmentação, que consiste em um complexo de operações que envolvem operações sobre quantidade e operações sobre a qualidade, isto é, Qt é um operador complexo notado *QntQlt*. Juntos, esses índices atuam sobre a representação nocional atribuindo-lhe determinações de ordem semântica e ocorrências delimitáveis e distinguíveis.

Assim, se pensarmos em qualquer termo, este apresentará propriedades físico-culturais de natureza qualitativa, ou seja, uma noção, embora não haja uma correspondência completa e imediata entre a noção e o termo. Consideremos, a título de exemplificação, a noção /chapéu/ qualitativamente indivisível. *Chapéu* apresenta um conjunto de propriedades físico-culturais de natureza qualitativa, constituindo uma noção⁵ não fragmentada. Porém, quando nos referimos a chapéu, ou seja, ao termo que instancia a noção /chapéu/, teremos ocorrências individuáveis de tal noção. Em enunciados como:

- 3 Eu gosto de **chapéu**.
- 4 Minha mãe comprou **chapéu** para mim.
- 5 Eu guardo todos **os chapéus** que ganho.
- 6 **Alguns chapéus** são mais masculinos que outros.

⁵ Exemplificamos noções lexicais, mas Conforme Valentin (1998), as noções não se restringem a sua natureza lexical, elas podem, ainda, ser de natureza gramatical, como é o caso dos morfemas gramaticais que marcam as flexões (de gênero, número, pessoa, determinação, caso, tempo, aspecto) ou de natureza mais complexa, resultante da instanciação de um esquema da lexis.

7 Tenho em meu guarda-roupa **vários chapéus**.

As ocorrências da noção /*chapéu*/ resultam de operações de fragmentação que resultarão em valores de quantificação e qualificação. No caso do exemplo 3 e 4, há uma preponderância no valor de qualificação, já que a ocorrência remete para a própria noção. Nos demais, as ocorrências de *chapéu*, embora remetam a mesma noção, apresentam um valor predominante de quantitativo.

Dessa forma, reafirmamos que construir uma ocorrência implica efetuar uma dupla delimitação sobre uma noção, uma delimitação quantitativa (operação de quantificação) e uma delimitação qualitativa (operação de qualificação). Conforme Correia (2002), as ocorrências podem ser predominantemente Qnt, ou predominantemente Qlt, ou indiferentemente Qnt e Qlt.

Em um enunciado como:

8 **Quanta oportunidade** o ano de 2011 está trazendo para os empresários. (JORNAL MEIO NORTE, 2011)

Este exemplo é ambíguo. Qualquer falante poderia interpretá-lo quer como existindo uma determinada quantidade, quer como existindo uma qualidade de oportunidades. Para cada uma das interpretações há uma predominância de um dos operadores da operação de determinação. Qnt é predominante na primeira leitura, enquanto que para a segunda leitura a predominância caberia a Qlt.

Assim, a quantificação é responsável por efetuar as operações de quantificabilização (ou fragmentação) e construir a existência de uma ocorrência (ocorrência de uma noção fragmentada). Daí, o sujeito enunciador situá-la no espaço-tempo enunciativo construído em relação a um coenunciador.

A operação de qualificação entra em jogo cada vez que se efetua uma operação de identificação/diferenciação que incide sobre alguma coisa. Mas qualificar, de acordo com Culioli, não é apenas satisfazer-se em adicionar um qualitativo. Trata-se de um encadeamento complexo de operações. Como podemos ver no exemplo:

9 Evidentemente, todo remédio forte causa **algum problema** (Cidade Verde, 2012).

Em *algum problema*, temos uma operação de determinação qualitativa, através da qual o enunciador reconhece a existência de algo que se configura como problema e pode, inclusive, ser mais de um. Isto é, o enunciador, observa os possíveis efeitos provocados por remédios e reconhece, através de uma operação de identificação, que esses (seja ele qual for) se identificam com a noção /problema/ construída pelo enunciador.

Segundo Culioli, a *quantificação*, diferentemente do que prevê a lógica, remete “à operação pela qual se constrói a representação de alguma coisa que se possa distinguir e situar em um espaço de referência” (1999b, p. 82).

A partir do momento em que um sujeito constrói a representação de uma ocorrência da noção e a localiza em uma situação de enunciação, tem-se a quantificação desta noção, portanto, construiu-se seu valor referencial. Isso nos conduz a afirmar que as ocorrências nominais, objeto de nosso interesse, não são indeterminadas e jamais apresentam sentido vago.

Embasando-nos nessa concepção de que as ocorrências resultam de operações de determinação, adotamos o pressuposto de que determinação nominal é um “fenômeno de linguagem responsável por um conjunto de operações que viabilizam a presença das marcas que antecedem os nomes. [...] Ela constitui um conjunto de operações elementares aplicadas sobre a intenção e extensão da noção” (LIMA, 2000, p. 70). Os determinantes se ligam a ocorrências atribuindo-lhes graus de especificidade qualitativa e quantitativa.

Compreendendo, de acordo com Culioli & Atwood (1992, p.12) que o nome é “(...) produto de um encadeamento de operações que atuam sobre os diferentes estados de uma representação semântica (...)”, determinar um nome é situá-lo a partir de um esquema de individuação, que permite a passagem de uma noção à ocorrência em um sistema referencial.

Diante dessa discussão, ressaltamos a nossa insatisfação diante dos conceitos elaborados e aplicados para a classe dos pronomes indefinidos, comumente considerados como pertencentes a essa classe por apresentarem uma indefinição semântica, atribuindo ao nome um sentido vago e indeterminado.

Isso nos leva a uma série de problemas, pois temos aí a ideia de linguagem como uma tradução do pensamento, onde sentido e referência se confundem devendo as palavras corresponderem a um fragmento da realidade e uma concepção de que o sentido é pré-estabelecido e ‘guardado’ a espera do uso.

Contrariamente, ressaltamos que para nós o sentido é construído através das operações realizadas pelos sujeitos não havendo, portanto, sentido vago ou indeterminado. Assim, compreendemos que a linguagem é indeterminada enquanto não materializada, ou seja, no primeiro momento da constituição de um enunciado, a construção da léxis, momento em que o sujeito está diante de um leque de possibilidades de construção e passará à determinada nas etapas seguintes quando o sujeito começa a marcar suas escolhas e assim construir valores referenciais que melhor se adequem ao que ele quer representar.

Portanto, em síntese, ressaltamos que uma ocorrência é determinada não por apresentar um referente extralinguístico explícito, conhecido pelos interlocutores como afirmam os gramáticos, mas por resultarem de operações que a particularizam e a diferenciam das demais. Assim, se pensarmos em um enunciado como:

10 Comprei **alguns livros**.

Embora *livro* esteja acompanhado pelo pronome indefinido, não podemos afirmar que livro esteja indeterminado, pois como afirma Culioli, a ocorrência, no caso, livro, resulta de operações de quantificação e qualificação através das quais há a representação da noção que situamos no espaço de referência intersubjetiva. Assim, toda ocorrência resulta de sucessivas operações de determinação, que se inicia com a instanciação das noções até que se chegue ao enunciado. Qualquer nome produzido/reconhecido em um enunciado resulta de operações que o situa em um evento enunciativo atribuindo-lhe valor referencial, ou seja, determinando-o.

5 OS PRONOMES INDEFINIDOS E A CONSTRUÇÃO DOS VALORES REFERENCIAIS

Contrária a essa concepção aqui adotada, podemos observar a forma como as gramáticas normativas e descritivas se propõem a estudar as unidades da língua. Em uma concepção clássica de referência, essas gramáticas tendem a dicotomizar as noções indefinido/definido; determinado/indeterminado e a partir delas classificarem as unidades que acompanham o nome. Assim, quando o conteúdo é expresso de forma clara e identificável pelos enunciadores, deve-se considerá-lo determinado e assim usar expressões definidas como o artigo definido ou os pronomes demonstrativos e possessivos. Já os indefinidos são recomendáveis para situações em que o referente

(extralinguístico) é desconhecido ou impreciso. Isso para nós é uma divisão intuitiva apoiada em uma concepção de referência vista como uma correspondência entre o texto e o fragmento da realidade.

Pegemos, a título de ilustração, as discussões propostas para o estudo dos pronomes indefinidos. Cunha e Cintra (1985) define os pronomes indefinidos como palavras que se aplicam à terceira pessoa, quando considerada de modo vago e indeterminado, enquanto que, para Neves (2000) esses elementos são indefinidos de identidade ou de quantidade, ou seja, ou se desconhece a identidade do referente ou se desconhece a quantidade expressa por essas unidades. Contudo, vejamos a imagem:



Figura 1: Amar e ser amada

Fonte: www.lisetescortegagnadecoracoes.blogspot.com.br

Alguns dos conceitos supracitados dão conta de explicar as ocorrências desses pronomes indefinidos? Qual nome eles estão indeterminando? E quantificando? Embasando-nos na teoria proposta por Culioli, que nos permite apreender não o referente, mas os valores referenciais das unidades, observamos nessa imagem três ocorrências individuáveis da noção /amar/. Tais ocorrências encontram-se no interior do domínio, porém, verificamos que cada uma delas se posiciona em um ponto diferente do interior, isto é, podemos apontar qual está mais próxima do centro atrator. Tal deslocamento (mais próximo, mais distante do centro) é construído pelo sujeito enunciador e as formas *uma*, *alguma* e *tudo* marcam esse deslocamento, ou seja, as ocorrências se deslocam em um gradiente, passando de um nível considerado “normal” (amar é uma coisa), passando por um nível intermediário (ser amado é alguma coisa), até chegar a um alto grau da noção de amar (amar e ser amado é tudo).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Admitindo que o nome é produto de operações de determinação, determinar um nome significa, para nós, situá-lo a partir de um esquema de individuação, que permite a passagem de uma noção à ocorrência em um sistema referencial e determinantes são considerados nessa teoria não como elementos que se posicionam antes do nome atribuindo-lhe determinação ou indeterminação, mas como marcas de operações de determinação nominal que sofrem os nomes. Essas operações aplicadas sobre a intenção e extensão da noção viabilizam a presença das marcas que antecedem os nomes e essas marcas (determinantes), por sua vez, atribuem ao nome graus de especificidade qualitativa ou quantitativa.

Nessa perspectiva construtivista, compreendemos que a relação forma e sentido é construída no e pelo enunciado e a referenciação é aqui entendida como um conjunto de localizações entre o enunciado e a sua situação de enunciação, isto é, o que nos interessa é a relação construída na passagem de uma representação mental a uma representação linguística e não entre palavra e realidade, por isso, ao estudarmos as unidades linguísticas nossa pretensão é reconstruir os seus valores referenciais, isto é, o valor construído e marcado pela unidade no enunciado e a sua participação na significação deste.

Compreendendo, então, que as unidades linguísticas não refletem uma realidade extralinguística, mas representam linguisticamente uma representação desta, construída pelo sujeito, é impossível conceber a unidade como dotada de um sentido, este só se instaura no enunciado, frente à situação de enunciação e atua como o resultado de um processo de construção. Dizemos, portanto, que as unidades linguísticas constituem-se marcas de sucessivas operações das quais resultam na instanciação das noções em ocorrências linguísticas.

REFERÊNCIAS

- BENVENISTE, E.O aparelho formal da enunciação. In: **Problemas de Linguística Geral II**. 3 ed. São Paulo: Pontes, 1989.
- CORREIA, Clara Nunes. **Estudos de determinação: a operação de quantificação-qualificação em sintagmas nominais**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.

CULIOLI, A. **Sur quelques contradictions en linguistique.** *Communications*, 20, Paris, Seuil, p.83-91, 1973.

_____. **Pour une linguistique de l'énonciation.** Opérations et représentations. Tome 1. Paris: Ophrys, 1990.

_____. **Pour une linguistique de l'énonciation.** Domaine notionnel. Tome 3. Paris: Ophrys, 1999b.

CULIOLI – ATWOOD, Marie Héléne. **Opération Référentielles: analyse de la détermination en français en vue d'un traitement informatisé** pour l'obtention du Doctorat de linguistique. Paris 7. Tome 1. 1992

CUNHA, Celso Ferreira da; CINTRA, Luis Felipe Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

LIMA, M. A. F. **O artigo no processo de construção referencial:** As operações de determinação e indeterminação. Tese (doutorado) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista. Araraquara, 1997.

LOPES, M. C. R. **Linguagem, trabalho linguístico e ensino de língua: o processo semântico.** In: Cadernos, São Paulo: Centro Universitário São Camilo, v. 10, n.4, p. 43-52, outubro/dezembro 2004.

NEVES, M. H. M. **Gramática de usos do português.** São Paulo: UNESP, 2000.

PAVEAU, Marie-Anne; Sarfati, Geores-Élia. **As grandes teorias linguísticas:** da gramática comparada à pragmática. Tradução de Rosário Gregolin, Vanice Sargentini e Cleudemar Fernandes. São Carlos: Claraluz, 2006.

VALETIM, Helena Topa. **Predicação de existência e operações enunciativas.** Lisboa: Colibri, 1998.

VOGÜE, Sarah de; FRANCKEL, Jean-Jacques; PAILLARD, Denis. **Linguagem e enunciação:** representação, referenciação e regulação. Organização de textos e traduções, Márcia Romero, Milenne. Biasotto-Holmo; posfácio Valdir do Nascimento Flores- São Paulo: Contexto, 2011.

UNIDADE LINGUÍSTICA E VALOR REFERENCIAL: UMA DISCUSSÃO SOBRE REFERENCIAÇÃO E UNIDADE LINGUÍSTICA EM UMA TEORIA DA ENUNCIACÃO

ABSTRACT: This article use the in enunciative theory proposed by Antoine Culioli, named Theory of Operations predicative and enunciative (TOPE), and aims to lead a discussion about the conception of referenciation practiced and its implication for linguistic analysis. Admitting language as a representation activity, referenciation and regulation of which the statement is made brand, we understand that to enunciate, the subjects construct a system intersubjective referential, where are located the objects metalinguistic. This relationship between representations and the event is guaranteed from the construction of the referential values, built during the formation of statements. Given these theoretical discussions and drawing upon that statements are linguistic representations of mental representations, subject to a third representation,

now by the linguist, is a brief analysis of the possible referential values of indefinite pronouns in the construction of meaning in some statements.

Keywords: Linguistic unity. Referential value. Indefinite pronouns